

**Notas e informações**

2.º OUT 1987

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**A política como mercado**

É preciso que a opinião pública se dê conta de que o "golpe de Estado de 18 de maio" — reproduzindo o de Napoleão, o sobrinho, continua produzindo conseqüências. Ao dirigir-se à Nação, fazendo-se intérprete da Constituição em vigor e renunciando a um ano de seu mandato (para fixar os cinco anos como termo ideal de sua permanência na Presidência, bem assim estabelecer o sistema presidencialista de governo como o ideal para o País), o presidente José Sarney imaginava estar criando as melhores condições possíveis para estabelecer sólida base parlamentar e realizar seus sonhos. A Assembléia Nacional Constituinte soube reagir com habilidade à manobra: afinal, se ela é soberana, se tinha sido convocada para elaborar uma nova Constituição para o Brasil, poderia — assim julgavam muitos — estabelecer o sistema de governo que bem entendesse e a duração do mandato presidencial que melhor lhe aprovesse. Armou-se, assim, surdamente, a crise que o "golpe de 18 de maio" prenunciava. Ela irrompe agora, quando o presidente começa a temer que o parlamentarismo se estabeleça e que lhe dêem seis anos de governo — mas sem nenhum poder.

Como em todas as grandes crises brasileiras em cujo decorrer as forças adversárias não desejam chegar aos extremos, cuida-se de transformar o confronto de vontades em batalha jurídica, envolvendo o Supremo Tribunal Federal. Do lado do Executivo, já estão prontos os pareceres, indicando que a Constituinte congressual não pode legislar em causa própria, alterando o sistema de governo. Se o argumento da causa própria não convencer, alinhar-se-á outro: a Assembléia Nacional Constituinte não foi convocada para mudar o sistema de governo. Poder-se-ia perguntar para o que foi ela convocada, então. Questões de filigranas

interpretativas, que acabarão com certeza no Supremo Tribunal Federal, que deverá ter em seus arquivos a dolorosa decisão que proferiu em 1955 diante do outro golpe de Estado, o efetivo, aquele perpetrado pelo general Teixeira Lott. O importante é verificar que a crise está instalada e que poucos são aqueles que sabem para onde ela acabará levando as instituições.

Melhor exemplo do clima que se estabeleceu em Brasília, onde as coisas acontecem e as decisões se tomam como se lá se produzisse a riqueza e a cultura nacionais, foram as reuniões havidas anteontem no Planalto: uma, do presidente com os governadores; outra, do presidente com o mundo político para lançar o Plano de Ação governamental. Nessa última, presente o chefe de Estado, ninguém prestava atenção ao que s. exa. dizia; todos conversavam, cuidando de saber quando o presidente faria a reforma ministerial, se a faria, se ela seria para valer, qual a posição dos moderados do PMDB se Sarney rompesse com o grupo de Ulysses, que coisa fariam os ministros do PFL se o presidente não adotasse decisões urgentes — além de especular-se sobre coisas do gênero. O presidente falou para uma platéia de desinteressados e até se poderia dizer de mal-educados. Sinal evidente de que os planos de governo contam pouco e de que o presidente está com prestígio social baixo.

O encontro com os governadores, se foi mais bem conduzido socialmente, não produziu melhores resultados: todos saíram dele com a impressão de que as coisas andam mal e de que s. exa., com idéia fixa no presidencialismo e nos cinco anos, usará de recursos useiros e vezeiros na República Velha (a de 1889-1930) para conseguir apoios. Se os partidos não se decidem, o presidente recorre aos governadores, ace-

nando com a burra federal (aberta ou fechada, conforme a reação). E se os governadores resistirem, irá pedir aos deputados que assinem individualmente seu apoio à meia dúzia de lugares-comuns em que se constituirá seu futuro programa de governo. Os partidos, esses estão ultrapassados: o Luís Napoleão brasileiro, depois do "golpe de 18 de maio", decretou a falência deles e quer que se saiba que existem o partido do governo e o da oposição. Em outras palavras, s. exa. mandou para o espaço a estrutura partidária brasileira e fez da política aquilo que de mais baixo se pode imaginar: um mercado.

Isso tudo acontece no instante em que na Comissão de Sistematização se vota o projeto Cabral-2. O Regimento Interno da Constituinte, como se sabe, cria algumas dificuldades para que aquilo que for aprovado em comissão caia em plenário ou seja substituído por seu contrário. Por isso, o presidente da República tem pressa em conseguir os 281 votos necessários para aprovar os cinco anos e o presidencialismo. Enquanto isso, todos se aproveitam do quase desespero do sr. José Sarney: afinal, se a política se transformou num mercado em que o valor dos títulos detidos pelo presidente sofre deságio à medida que o tempo passa; se nesse mercado os constituintes só terão a perder se decidirem agora a questão do mandato e do presidencialismo, haverá interesse em comprometer-se já? Os governadores, sim, porque dependem das verbas — mas, nesse mercado, conseguirão os governadores controlar as bancadas de seus Estados?

As seqüelas do "golpe de 18 de maio" estão aí. O pior é que o presidente, que armou o espetáculo, não sabe como dar continuidade a ele nem pode devolver os ingressos à platéia. É o *impasse* total.